

**Gerhard Seibert e Paulo Fagundes Visentini (eds.). (2019) *Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements From the 1960s to the Present*. James Currey: Rochester and Suffolk, 280 pp. (ISBN 978-1-84701-195-4). Hardback.**

Felipe Estre<sup>1</sup>

Ainda que as relações com a África tenham sido centrais para a formação socioeconômica do Brasil, foi apenas no século XXI que o continente foi encarado pelo Itamaraty – o Ministério das Relações Exteriores brasileiro – como uma região prioritária. Lula e seu chanceler Celso Amorim dedicaram especial atenção às relações transatlânticas, não apenas fortalecendo laços já existentes, como também criando novos mecanismos que adensaram a dinâmica inter-regional. *Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements From the 1960s to the Present*, editado por Gerhard Seibert e Paulo Fagundes Visentini, é bem-vindo esforço não apenas de síntese da literatura já existente acerca do tema, mas também de aprofundamento a atualização das análises sobre a dinâmica transatlântica desde o século XVI até o início do governo Bolsonaro.

No primeiro capítulo, a cargo de Seibert, é feito um panorama das relações entre Brasil e África desde o século XVI até a década de 1990. Ainda que aproximadamente cinco milhões de africanos tenham sido trazidos à força para a América Portuguesa, influenciando profundamente a constituição do Brasil, o autor destaca que o imperialismo europeu do século XIX resultou no rompimento de laços. Apenas na década de 1960, após as lutas de libertação nacional e sob influência da Política Externa Independente de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), que os contatos com a África foram retomados. A partir de então, pragmatismo dita a dinâmica bilateral, e, apesar do breve retrocesso após o golpe civil-militar de 1964, há esforço sistemático de aproximação ao continente africano.

O texto é minuciosamente construído, ao mesmo tempo evidenciando os principais eventos político-diplomáticos nas relações Brasil-África, e analisando com profundidade temas relativos à cooperação, cultura e economia entre as décadas de 1960 e 1990. Em um trabalho de pesquisa admirável, Seibert apoia-se em grande diversidade de fontes para além dos textos diplomáticos brasileiros.

No segundo capítulo, Paulo Visentini investiga o período posterior ao final da Guerra Fria. No início da década de 1990, dificuldades políticas e econômicas impuseram restrições

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa conjunto entre a Universidade de São Paulo e o King's College London.

à ação externa do Brasil ao mesmo tempo em que a África se encontrava instável, afetada por conflitos e assediada pelas antigas potências coloniais. Houve, assim, esfriamento da dinâmica transatlântica. Visentini, porém, argumenta que houve importantes avanços nas relações com os países africanos de língua portuguesa, como por exemplo a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, e a participação do Brasil em missões de paz em Angola e Moçambique.

No governo Lula, Visentini enfatiza a notável elevação do perfil da diplomacia brasileira para a África. Além de diversas visitas presidenciais, houve a criação de instituições, abertura de embaixadas e intensificação da cooperação Sul-Sul – temas que serão detalhados nos capítulos subsequentes. Para o autor, a diplomacia multidimensional de Lula promoveu uma verdadeira revolução nas relações Brasil-África. Os destaques do capítulo ficam para as detalhadas seções sobre diplomacia econômica; sobre cooperação técnica, educacional e social; e sobre a atuação das igrejas neopentecostais – importantes contribuições para a literatura sobre o tema.

No capítulo 3, Visentini aprofunda a discussão sobre a institucionalização das relações entre Brasil e África. Aborda tanto organismos focados na atuação global (ONU, OMC, G-20 comercial e financeiro, IBAS e CPLP), como também instituições de escopo regional (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, Acordo Mercosul-União Aduaneira da África Austral, Cúpulas América do Sul-Países Árabes e América do Sul-África). A seção não se resume a identificar pontos de convergência históricos e culturais, mas também atenta às iniciativas diplomáticas construídas e aprofundadas ao longo dos anos. O caráter criativo das iniciativas e a articulação no âmbito regional permitiram fortalecer a inserção e a promoção dos interesses tanto de Brasil como de países africanos.

No capítulo seguinte, Seibert discute a cooperação não apenas em agricultura, saúde e educação mas também militar e financeira. A parte inicial da análise fundamenta-se em relatórios do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre 2005-2013 para fazer uma robusta análise preliminar sobre cifras, projetos e países receptores, contribuindo sensivelmente para a literatura ao sistematizar os dados. A discussão segue aprofundando a análise sobre cooperação técnica, com especial destaque para o papel da Agência Brasileira de Cooperação e para o caráter horizontal, e não hierárquico, das relações estabelecidas no âmbito Sul-Sul.

Depois de apresentar os principais projetos desenvolvidos pela EMBRAPA, Fundação Oswaldo Cruz, SENAI, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Fundo IBAS, Seibert explora a cooperação em segurança e defesa e em economia e finanças. O capítulo não se resume ao aspecto descritivo, fazendo reflexões conceituais, identificando dificuldades na implementação dos projetos e

estimulando questionamentos éticos acerca da exportação de armas e da atuação de empresas investigadas pela Operação Lava-Jato.

Analúcia Pereira, na seção seguinte, debruça-se sobre o Atlântico Sul. Destaca a importância estratégica da região para o Brasil e para os países africanos em razão da existência de rotas de comércio e da possibilidade de exploração de recursos naturais, o que resulta em pressões geopolíticas. Depois de apresentar uma apreciação histórica recente da relevância do Atlântico Sul para o Brasil, o capítulo divide-se na discussão acerca do aspecto geopolítico do IBAS, da ZOPACAS e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG). Pereira também problematiza a ampliação da presença de Estados Unidos e de países europeus na região como resultado das novas perspectivas de exploração de recursos.

Ainda que haja notável trabalho de levantamento do estado da arte acerca do Atlântico Sul, a seção não traz avanços consideráveis em termos de pesquisas e resultados – o que não deve ser visto como demérito da autora, mas sim como indicativo da necessidade de se produzirem mais trabalhos acerca do tema. Além disso, a discussão sobre a CGG – da qual o Brasil não é parte – pouco dialoga com a dinâmica maior das relações Brasil-África.

O capítulo 6 apresenta a contribuição mais inovadora do livro: nenhuma obra sobre relações diplomáticas Brasil-África havia antes se debruçado extensamente sobre o racismo e a desigualdade presentes na sociedade brasileira. A autora elabora um histórico da questão racial no Brasil desde os tempos da colonização e argumenta como a escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira. O levantamento sobre o ínfimo número de professoras e professores afrodescendentes nas principais universidades do Brasil é um alerta para o caráter estrutural do racismo no país. Para a autora, esse panorama mostra-se ainda mais preocupante em face à redução dos recursos dirigidos a políticas de promoção da igualdade racial ocorrida nos últimos anos.

Ainda que a decisão de incluir uma seção específica sobre racismo e desigualdade deva ser celebrada, o livro seria beneficiado se houvesse maior conexão com as relações entre Brasil e África propriamente ditas. A perspectiva brasileira é dominante, colocando em segundo plano possíveis conexões entre movimentos dos dois lados do Atlântico.

No capítulo final, Seibert e de Visentini analisam a dinâmica inter-regional após o governo Lula. Afirmam que, ainda que tanto Dilma quanto Temer tenham reconhecido a relevância da África no leque das relações exteriores do Brasil, restrições financeiras, a crise política e um ambiente internacional adverso resultaram em diminuição da atenção aos vínculos transatlânticos, o que chamam de “continuidade sem prioridade”. Se o perfil mais introspectivo e orientado por resultados de Dilma a afastaram da África, o foco de Temer no eixo Norte-Sul resultou em falta de orientação estratégica para o continente vizinho.

Além de debater os motivos da mudança na orientação diplomática, a grande contribuição do capítulo é investigar como a Operação Lava-Jato teve impacto sensivelmente negativo nas relações econômico-financeiras: empresas como OAS, Odebrecht e Camargo Corrêa, que possuíam importantes investimentos em países africanos, foram envolvidas nos escândalos de corrupção.

O trabalho editado por Seibert e Visentini distingue-se por ser ao mesmo tempo amplo na cobertura temporal e temática, mas relevante e inovador no conteúdo. Observa-se, contudo, que a divisão de capítulos resultou em sobreposição de períodos históricos e de temas. Por essa razão, o livro torna-se por vezes repetitivo: a mesma ocorrência ou a mesma instituição é discutida em mais de uma seção, e nem sempre de forma complementar. Além disso, o predomínio de fontes de origem brasileira deve ser mencionado, sugerindo-se a complementação da pesquisa com fontes mais variadas.

Após as reorientações da política externa brasileira ocorridas nos últimos anos, *Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements From the 1960s to the Present* é lançado em momento auspicioso. Além de abordar a dinâmica transatlântica nos governos de Dilma e Temer, as autoras e autores desenvolvem temas inovadores, como racismo, a influência de igrejas neopentecostais e o impacto da Operação Lava-Jato. Ainda que haja diversos trabalhos publicados acerca do histórico das relações Brasil-África e da proativa diplomacia de Lula para o continente vizinho, o livro traz necessária atualização do campo de estudo.